Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Lingüística Indígena e Educação na América Latina

Lucy Seki (Org.)

EDITORA DA UNICAMP

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA EM PERNAMBUCO

Rosely de Souza Lacerda

A Política de Educação Indígena para o Estado de Pernambuco baseia-se na proposta conclusiva do I Encontro Estadual de Educação Escolar Indígena de Pernambuco, realizado em 1989, promovido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e a Fundação Nacional do Índio, que propiciou a realização de estudos e debates sobre a questão escolar indígena. Participaram dos trabalhos representantes de diversos órgãos e instituições comprometidas de uma forma ou de outra com o universo indígena, e professores que prestam serviços profissionais junto aos grupos indígenas do Estado, cuja presença se tornou decisiva na definição de assuntos a serem discutidos e propostas a serem feitas. O documento final representa o comprometimento do Estado na garantia dos direitos constitucionalmente conquistados pelos índios e define linhas norteadoras de uma ação educativa condizente aos anseios desses povos. Para viabilizar essa ação, foi, então, criado o Grei — Grupo de Educação Indígena — cujo objetivo é favorecer o desenvolvimento de uma escola autêntica, que reconheça a existência de uma clientela pluri-étnica e cultural, que valorize suas manifestações culturais e religiosas e respeite os direitos desses povos à terra, à língua e aos processos próprios de aprendizagem.

Antes de descrever as ações do Grei, faz-se necessário tecer comentários sobre os grupos indígenas de Pernambuco e sobre a situação de suas escolas.

1. Grupos indígenas de Pernambuco

Atualmente o Estado de Pernambuco sedia em seus limites territoriais sete grupos indígenas: Atikum, Fulniô, Kambiwá, Kapina-

wá, Pankararu, Truká, Xukuru. São povos que sofreram os mais diferentes processos de miscigenação, superaram ciclos de destruição, conservando ainda alguns costumes e traços culturais e religiosos. Do ponto de vista socioeducacional, lamenta-se o fato de terem deixado de se comunicar na língua nativa, à exceção dos Fulniô que preservam o Yatê, fator básico de resistência da unidade grupal e de resistência étnica, frente à situação de 500 anos de intenso contato com a sociedade não-indígena. Por não terem sido os grupos contemplados ainda hoje com a demarcação de seus territórios, exceto os Fulniô, vez por outra, se vêem acossados pela invasão indiscriminada do seu *habitat* natural, fonte principal de sua subsistência. Assim, são levados a integrar os exércitos de mão-de-obra disponível para os pecuaristas, fazendeiros que atuam próximos às suas áreas. Desenvolvem, por outro lado, atividades artesanais fazendo uso de argila, fibras e fios de algodão, palha do ouricuri, trabalho executado por todos os membros da família como meio de fortalecimento da economia própria à sobrevivência dos grupos (*Política de educação indígena para o Estado de Pernambuco*, 1989, p. 1).[1]

Concentram-se esses povos principalmente nas áreas do sertão e do agreste pernambucano, num total aproximado de 16.000 índios distribuídos como a seguir:

Atikum — na serra do Umã, município de Floresta;
Fulniô — no município de Águas Belas;
Kambiwá — nos municípios de Ibimirim e Inajá;
Kapinawá — no município de Buíque;
Pankararu — nos municípios de Tacaratu e Nova Petrolândia;
Truká — na ilha de Assunção, no município de Cabrobó;
Xukuru — no município de Pesqueira.

2. Perfil da educação escolar nas áreas indígenas

Existem treze escolas da Funai funcionando nas áreas indígenas de Pernambuco, com turmas de alfabetização e de 1ª à 4ª séries, com um total aproximado de 1.800 alunos. Essas escolas estavam em situação irregular quanto a seu funcionamento, mas foram reconhecidas oficialmente pelo Estado de Pernambuco, através da Portaria Sece nº 2.451 de 14 de março de 1991. Há também nas mesmas áreas escolas municipais que atendem cerca de 1.500 alunos índios e não-índios.

Os estabelecimentos de ensino são, em sua maioria, unidocentes, apresentando deficiências tanto em sua parte física quanto no aspecto pedagógico. As salas de aula estão em situação precária de conservação, instalações hidro-sanitárias praticamente não existem, há falta de água até para beber. O mobiliário, em geral, não apresenta condições de uso. O material escolar de que dispõem quase se resume a lápis e caderno para as crianças, os livros são raros. As escolas nada exibem que as identifiquem como instituição específica a serviço da sociedade indígena, pelo contrário, atuam como instrumento de ruptura, tendo em vista que os aspectos socioculturais e religiosos, a vivência indígena em si, são ignorados. As professoras, por falta de orientação devida, reproduzem o sistema de ensino oficial, cumprem uma programação escolar teórica, utilizam um currículo que não atende às especificidades culturais de cada grupo; negam, dessa forma, o direito dos índios à manutenção de uma identidade étnica.

A inadequação do currículo, o calendário não-flexível (apenas os Fulniô têm seu calendário escolar específico) são fatores determinantes da pouca freqüência à escola e, conseqüentemente, do baixo rendimento escolar.

Dessa forma, salvo algumas exceções, a situação das escolas é precária e a qualidade do ensino deixa muito a desejar. Embora tenha no corpo docente muitas índias, os alunos sejam índios e a escola esteja localizada em aldeia indígena, ela funciona completamente alienada do mundo em que está inserida (*Política de educação indígena para o Estado de Pernambuco*, 1989, pp. 2-3).

3. Situação do ensino do Yatê entre os Fulniô

A aldeia dos Fulniô é a única que é servida por uma escola dedicada à preservação da língua, da cultura e tradições de seu povo. Segundo a professora responsável, a escola atende a 120 alunos em regime de uma hora e meia de aula por turma. Os que já se comunicam em Yatê, aprendem a sua escrita, e com os que não falam a língua, é trabalhada a oralidade; são estimulados ainda à prática de atividades de canto, dança e artesanato. Está sendo organizado um arquivo que servirá de acervo para estudos e pesquisas.

A Escola Indígena José Moreira, cujo objetivo é a preservação do patrimônio cultural Fulniô, através da revitalização do Yatê, parece

não estar conseguindo cumprir o que se propõe. Explica-se: o grupo Fulniô tem consciência do valor do Yatê como traço de identidade étnica, ressalte-se ser o único do Nordeste que retém sua língua materna. É bastante forte entre os Fulniô o sentimento de que se o "branco" aprender o Yatê, eles serão destruídos. Não se opõem a trabalhos de pesquisa em sua comunidade porque sabem que ao se comunicar, ensinando o Yatê ou descrevendo sua vida comunitária, nenhum Fulniô transmitiria ao "branco" seus segredos milenares. Esses segredos fazem parte de sua religião, tão forte em todo grupo, que, anualmente, durante três meses consecutivos, realizam o ritual sagrado do Ouricuri, fator de fundamental importância na coesão e unidade grupal. Todos se retiram para um local especial onde habitam durante aqueles meses. A aldeia, moradia habitual, fica completamente abandonada. Índios que moram fora e até bem distante como em São Paulo, voltam a Águas Belas, pelo menos para participar dos ritos sagrados na primeira semana. Durante o Ouricuri, é proibida a visita de "brancos". Os Fulniô, estando sós, "voltam a ser índios, a viver como índios, assim como viviam os antepassados" (palavras do Cacique, repetidas pelo Pajé). Realizando seu retiro espiritual, sua volta às origens, praticam seus rituais sagrados, falam apenas sua língua sem interferência de "brancos", confirmam sua etnicidade tanto que, mesmo voltando à vida normal depois dos três meses, sua identidade de índio estará mais forte e firme do que antes. Sem dúvida, é o Ouricuri o responsável maior pela manutenção dos Fulniô como grupo indígena mais forte etnicamente no Nordeste do Brasil.

Os Fulniô reconhecem a importância da manutenção de sua religião como um segredo que deve ser respeitado pelo "branco", mais do que isso, não deve nunca ser conhecido por quem não for Fulniô. Por causa desse receio, muitos não querem a escrita de sua língua. Pensam que ao falar, se policiam e não contam os segredos, mas se começarem a escrever, comunicando-se entre si, podem registrar no papel indícios que possam levar o "branco" que o ler, a desvendá-los. Uma parte da população pensa que poderiam escrever em Yatê, tendo sempre o cuidado de não tocar em assuntos religiosos, afinal, se guardaram os segredos quando a perseguição era intensa contra eles, agora é até mais fácil não revelá-los. Entretanto, mesmo a maioria sendo favorável à escrita da língua, por ter um conhecimento que os faz ver que escrevendo, se preserva, se opõe ao atual funcionamento da escola bilíngüe.

Torna-se necessário explicar a situação criada pela professora responsável por esse ensino:

Conhecedora profunda do Yatê, consciente da necessidade de preservação da língua e da cultura Fulniô, essa professora, com uma intuição lingüística fantástica (não tem outro curso além do de Magistério que lhe permite lecionar de 1ª à 4ª séries), montou um alfabeto[2] e criou uma cartilha para ensinar a escrita do Yatê. Procura pesquisar a história de seu grupo consultando documentos e os mais velhos para organizar um acervo histórico-cultural. Reconhece-se o mérito e o alcance do seu trabalho. Contudo, a professora não conseguiu a adesão de todo o grupo.

Esta é a situação da escola que se propõe a um trabalho de conscientização e preservação, entretanto a olhos frios de quem visita a aldeia, parece transitar num caminho inverso, rompendo com alguns valores relevantes para a unidade e coesão do grupo.

Esta situação delicada cria um obstáculo às atividades do Grei que se vê impossibilitado de interferir. Tenta apenas, conversando com os dois lados, minimizar os choques.

4. Uma política de educação escolar indígena

> O disposto no Artigo 210 da Constituição em vigor assegura aos povos indígenas o acesso ao Ensino Fundamental regular, salvaguardada a utilização da língua materna e de seus processos próprios de aprendizagem.
> A educação indígena se desenvolve com base no Estatuto do Índio 6.001 e Decreto 58.824/65 que promulgam a Convenção 107 de Genebra, mas, apesar disso, o ensino promovido nas áreas indígenas de Pernambuco não difere estruturalmente, nem no funcionamento nem tampouco nos objetivos, da educação formal preconizada para as escolas oficiais, não havendo a preocupação em fazer as adequações necessárias à realidade sociocultural de cada grupo indígena (...).
> A existência de uma clientela pluri-étnica, no caso dos Fulniô, bilíngüe, dá ainda mais relevo à necessidade de se considerar as características da comunidade em que a escola está inserida.
> Assim, uma Política de Educação Indígena deve favorecer a formulação de uma proposta pedagógica que tenha como referência a realidade em sua complexidade e contradições, cuja compreensão cada vez mais profunda deverá ser estimulada durante todo processo escolar, incluindo-se aí a relação escola-comunidade e a

tematização do respeito aos grupos étnicos e às suas manifestações culturais. Deve reconhecer a escola como um dos principais instrumentos de formação e exercício da cidadania, enfatizando os direitos constitucionais desses povos à terra, à língua e aos processos próprios de aprendizagem (*Política de educação indígena para o Estado de Pernambuco*, 1989, pp. 3-4).

"Uma política indígena deve nascer dentro da comunidade, feita pelos índios e para os índios" (Demarquet, 1986). É pensando assim que age o Grei desde a realização do I Encontro de Educação Escolar Indígena de Pernambuco. As professoras índias foram ouvidas e suas opiniões acatadas. O Grei vai aos poucos desenvolvendo um trabalho pedagógico visando à melhoria da qualidade de ensino, esperando fortalecer a escola como um centro de preservação da identidade étnica.

O Estado reconhece a necessidade de mudanças profundas e duradouras, tanto no nível do ensino nas escolas indígenas, como no nível de sensibilização e conscientização da sociedade não-índia, para romper com preconceitos e com a omissão que vinha ocorrendo por parte não só das autoridades, mas também de todas as pessoas que jamais se preocuparam com a situação de nossos índios. Sem essa ruptura, qualquer política de educação fracassará.

5. Ações desenvolvidas pelo Grei

As escolas indígenas são de responsabilidade da Funai, mas esta pouco ou nada fez para apoiar pedagogicamente as professoras. Cada professora é autônoma em sua escola, não há a figura de uma diretora ou supervisora nem mesmo de uma professora responsável. Trabalham, portanto, muito "à vontade", contudo, para elas isso é péssimo, visto não terem a quem pedir orientação. É hábito de algumas procurar o Departamento Regional de Educação/Sece/RE, mais próximo para pedir orientação que, às vezes, se resume apenas em conseguir o planejamento das atividades escolares do ano anterior... Pode-se compreender por que insistem tanto em ter o apoio pedagógico da Secretaria de Educação. Esse apoio já começou a ser oferecido a partir do ano de 1990, quando o Grei atendeu no 2º semestre aos sete grupos com encontros de 2 a 3 dias nas próprias comunidades. Desses eventos participaram, além das professoras indígenas, as municipais que lecionam em área indígena, as quais têm as mesmas dificuldades, talvez maiores, por serem, em sua maioria, professoras leigas. Além disso, não

sendo índias, seu relacionamento com os alunos é mais precário visto confessarem não "entenderem" de índio. Justificam: "O que foi que aprendemos sobre índios quando estávamos na escola?" Só em Pesqueira, município do agreste pernambucano, onde há apenas uma professora da Funai, que também não é índia, participaram da capacitação cerca de 40 professores municipais, entre eles, só seis eram índios.

Nesses encontros, o Grei envolve não só as professoras como também caciques, pajés, lideranças e pais de alunos para repensar a prática pedagógica na realidade de uma escola indígena. Pretende-se conseguir assim o apoio da comunidade para o trabalho da escola — um tipo de participação em que os índios possam entrar na escola de seus filhos e falar sobre a cultura, a religião, as tradições.

Existe, entre as professoras, uma expectativa muito significativa quanto à continuidade do processo de capacitação. Há uma queixa geral: querem trazer a realidade indígena para a sala de aula, mas não sabem como. Prendem-se ao currículo oficial, que conseguem nos Departamentos de Educação, ou a algum livro didático, todavia não sabem se desligar deles. No depoimento de uma delas encontramos: "Sei dançar o Toré, como faço para levá-lo à sala de aula?" Esta é uma realidade que preocupa o Grei que busca subsídios para eliminá-la.

As capacitações pedagógicas foram realizadas por duas técnicas do Departamento de Alfabetização, com o tema central girando em torno de alfabetização e iniciação do ensino da Matemática; e ainda por uma técnica do Grei que, com o auxílio dos índios presentes, discutiu questões indígenas. A primeira parte é desenvolvida dentro do esquema oficial do Estado, afinal a maioria das escolas, com uma única exceção, a Escola do Yatê, funciona como qualquer outra. A segunda parte tenta resgatar para a escola um pouco da vivência indígena.

Nos sete grupos, foi unânime a avaliação positiva para haver continuidade desse processo, que, por um motivo ou outro, não foi possível realizar no primeiro semestre, mas já no segundo será retomado. Por outro lado, a avaliação será uma prática de rotina para gerar subsídios para a escolha de conteúdos que atendam às suas realidades e necessidades, com vistas a uma mudança de atitudes compromissadas com uma prática pedagógica que fortaleça e resgate o patrimônio étnico e cultural indígena.

O propósito é realizar uma capacitação sistemática envolvendo as professoras da Funai e as municipais, para planejamento discussão de assuntos pertinentes à sua realidade e troca de experiências. Há a

intenção do Estado de realizar oficinas de treinamento e de criatividade e caravanas educativo-culturais; o Grei pretende envolver as escolas indígenas nesses eventos e mais: sugerir que a temática indígena esteja presente para que a população não-índia conheça um pouco mais sobre o índio brasileiro, já que os livros didáticos são omissos quando o assunto se relaciona com o mundo indígena.

Uma das ações prioritárias definidas no I Encontro era a do reconhecimento, por parte do Estado, das escolas da Funai. Como foi comentado anteriormente, isso já aconteceu. A importância daquela Portaria é que os alunos da Funai passam a ter documentos aceitos pelas escolas do Estado para ingressarem na 5ª série. Antes dependiam de um consenso entre pais, professoras e diretoras para aceitarem esses alunos. Algumas escolas exigiam testes, outras muitas vezes alegavam não poder recebê-los. Há caso de estudantes que, necessitando de um histórico escolar, ficavam sem poder tê-los ao não comprovarem, com documentos, que haviam cursado as quatro primeiras séries...

Outra ação necessária é a de produção de material didático. O Grei partia do princípio de que as professoras e os alunos poderiam colher material e elaborá-los para serem usados em sala de aula. Como até agora isso não foi possível, duas técnicas do Grei tomaram a si esta responsabilidade e se puseram a campo. Estão realizando gravações em fita cassete e vídeo nas comunidades, com o propósito de produzir material didático, com o objetivo específico de montagem de textos sobre o dia-a-dia da aldeia e fatos passados contados pelos moradores mais velhos. Esses textos, dependendo do assunto, poderão ser usados em diferentes situações em sala de aula. Pretende-se a partir deles, sugerir atividades pedagógicas. Com os que falam sobre o passado do grupo, o objetivo é tentar construir um pouco de sua história para encaixá-la no estudo da História do Brasil. Reconhece-se a precariedade de recursos para a relevância desse trabalho de resgate, mas o objetivo do Grei é que esse começo de coleta de dados incentive a comunidade escolar a pesquisar sua vida.

O plano de ação prevê que os primeiros textos sejam levados às escolas para serem trabalhados, discutidos, criticados e reelaborados pelos alunos e professoras para então serem publicados e divulgados tanto para as comunidades indígenas como para as escolas do Estado. Fica inserido aí um outro objetivo: eliminar a figura estereotipada do índio no livro didático.

O Grei aguarda definição da Aldeia de Águas Belas quanto ao ensino do Yatê, para então se dedicar à publicação de textos na língua dos Fulniô, embora considere-o de suma importância.

Com o desenvolvimento de um processo contínuo de capacitação e da produção constante de material didático específico para as escolas indígenas, pretende-se que os docentes alcancem uma autonomia didático-pedagógica para realizarem um ensino de qualidade. O Grei tem consciência de que só esses primeiros passos não bastam, mas sabe que o caminho começou a ser trilhado e levará à competência profissional. No momento em que as professoras estejam seguras de sua atualização e aperfeiçoamento, saberão trabalhar sua realidade, trarão a cultura indígena para dentro da sala de aula, levarão a sala de aula para dentro da comunidade, serão auto-suficientes em seu trabalho e assim fortalecerão a identidade étnica dos grupos indígenas, que se conhecerão melhor a partir do trabalho efetuado pela escola.

6. Metas prioritárias para as escolas indígenas

Foi alcançada uma das metas mais urgentes, a da regularização das escolas, como já foi comentado anteriormente. As metas que se referem à capacitação pedagógica e à produção de material didático já estão em andamento, embora o processo esteja ainda caminhando devagar, como também foi explicado acima.

Outras metas ainda não atingidas, mas que continuam sendo prioritárias são:

- alfabetização de jovens e adultos — garantir tanto a alfabetização quanto a continuidade dos estudos no sistema regular de ensino;
- criação de cursos de 5ª. à 8ª. séries — as escolas em área indígena atendem apenas de 1ª. à 4ª. séries; para continuar os estudos, os alunos caminham distâncias enormes para estudar na cidade;
- ensino profissionalizante formal e informal — criar condições para os alunos freqüentarem cursos que levem em consideração os anseios comunitários ou individuais;
- proposta curricular — abrangendo o conteúdo regular oficial, mas levando em conta o momento histórico e o contexto sociopolítico do grupo com vistas ao fortalecimento e valorização do saber indígena;
- calendário escolar — deverá se moldar às exigências e necessidades socioeconômico-culturais e religiosas da comunidade;
- formação especial de pessoal docente e de apoio — conseguir abrir espaço no programa curricular dos cursos de Magistério

para atividades específicas relacionadas com a cultura indígena; possibilitar a aprendizagem de técnicas de ensino bilíngüe, para a formação de recursos humanos para apoiar e dinamizar o ensino do Yatê na escola Fulniô.

7. Considerações finais

Descreveu-se aqui a história do Grei junto às comunidades escolares indígenas. O trabalho desse grupo representa o ponto de partida para novos rumos da educação indígena no Estado de Pernambuco. Pretende-se que haja mudanças profundas de comportamento, a partir da transformação das atitudes quase passivas do momento, para um posicionamento de reflexão, análise e crítica que levarão a uma prática pedagógica condizente com a realidade concreta do processo de ensino-aprendizagem.

É pretensão do momento aproveitar o reconhecimento oficial das escolas pelo Estado, para inseri-las em todos os programas de assistência ao educando, tais como distribuição de material escolar e livro didático, além da merenda, para que elas também sejam favorecidas.

Considera-se importante a continuidade dos cursos de capacitação pedagógica e do processo de produção de material didático.

Não se descarta o apoio à escola bilíngüe, necessitando-se, no momento, ter acesso a técnicas próprias para esse tipo de ensino, para poder atender à Escola do Yatê.

O patrimônio cultural dos índios de Pernambuco está se perdendo à medida que o contato com a sociedade envolvente vai se tornando mais asfixiante. Cabe ao Estado respeitar os grupos indígenas e ajudá-los a preservar o pouco que ainda resta de sua cultura milenar. É uma dívida histórica que é preciso resgatar dando oportunidade ao mundo indígena de sobreviver e aos "brancos" de conhecê-los melhor e respeitá-los mais.

As metas e diretrizes traçadas para uma Política de Educação Indígena em Pernambuco deverão propiciar a melhoria da oferta do ensino de qualidade e conduzir os povos indígenas ao pleno exercício dos direitos constitucionalmente conquistados.

NOTAS

[1] A autora deste optou por inserir trechos da proposta de Política de Educação Indígena, visto ter participado da elaboração do documento final e não ver necessidade de reescrever um texto que continua atual.

[2] Durante um semestre, a professora Fulniô recebeu assessoria lingüística através do Núcleo de Estudos Indigenistas — NEI — da Universidade Federal de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA

CONDEPE. *As Comunidades indígenas de Pernambuco*, Recife, 1981.
DEMARQUET, Sonia de Almeida. *A Questão indígena*, Rio de Janeiro, Vigília, 1986.
GREI. "Política de educação indígena para o Estado de Pernambuco", Recife (mimeo), 1989.
GREI. "Projeto de educação escolar indígena", Recife (xérox), 1989.
GREI. "Os índios de Pernambuco", Recife (mimeo), 1990.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org